

funarte

PLANO DE INTEGRIDADE

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Diretoria Colegiada da Funarte

A Funarte é uma Fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Cultura. É administrada por uma diretoria colegiada, conforme dispõe o Decreto 11.240 de 18 de outubro de 2022.

A Diretoria Colegiada é composta pela presidenta da Funarte, pelo diretor-executivo da instituição, e por seis Diretores(as).

Presidenta

Maria Marighella

Diretor-executivo

Leonardo Lessa

Diretorias

Diretoria de Artes Cênicas (Dacen) – Rui Moreira dos Santos

Diretoria de Artes Visuais (DAV) – Sandra Benites

Diretoria de Música (Dmus) – Eulícia Esteves da Silva Vieira

Diretoria de Projetos (DPRO) – Laís Santos de Almeida

Diretoria de Logística, Orçamento e Administração (DLOA) – Filipe Pereira de Aguiar Barros

Diretoria de Fomento e Difusão Regional (DDIF) – Aline Vila Real Matos

COMITÊ CONSULTIVO DE INTEGRIDADE – SETORES REPRESENTANTES

Representante máximo da Unidade de Gestão de Integridade - UGI

Representante máximo da Comissão de Ética - CEF

Representante máximo da Ouvidoria - OUV

Representante máximo da Coordenação de Gestão de Pessoas - Cogepe

Representante máximo da Coordenação de Comunicação - CCOM

Representante máximo da Coordenação Planejamento e Governança - Coplan

EQUIPE TÉCNICA DA SEÇÃO DE GESTÃO, RISCOS E INTEGRIDADE

Revisão redacional e diagramação: Coordenação de Comunicação - CCOM

PLANO DE INTEGRIDADE – FUNARTE

Sumário

1 – Mensagem da Alta Administração	4
2 – Apresentação.....	5
3 – Sobre a Funarte.....	5
Principais Parceiros Internacionais.....	7
Principais Parceiros Nacionais	8
4- Estrutura de Governança.....	8
5 – Instâncias de Integridade	10
Unidade de Gestão da Integridade:.....	11
Seção de Gestão, Riscos e Integridade:.....	12
Comissão de Ética:.....	12
Coordenação de Gestão de Pessoas:.....	13
Coordenação de Comunicação:.....	13
Coordenação de Tecnologia da Informação e Conectividade:	14
Coordenação de Planejamento e Governança:.....	15
Auditoria Interna:	16
Comitê de integridade:.....	16
6 – Gestão de Risco.....	17
Medidas diretas de combate ao risco.....	19
7 – Monitoramento Contínuo.....	20
Ações de monitoramento relacionadas à gestão de integridade	21
8 – Plano de Ação de Integridade (2023-2024)	22
9 – Anexos / Tabelas.....	23
Anexo 1 - Principais instrumentos legais - Mapa atual	23
Anexo 2 - Ações Previstas para 2023 - 2024.....	24
Anexo 3 - Comprometimento e Apoio da Alta Administração	26
Anexo 4 – Siglas.....	28



1 – Mensagem da Alta Administração

A Fundação Nacional de Artes – Funarte é a entidade vinculada ao Ministério da Cultura – Minc responsável por formular e executar as políticas públicas para as artes no Brasil, promovendo e amparando, em todo território nacional, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas. Desde 2018, a Fundação conta com o Comitê de Integridade, que está sendo aprimorado institucionalmente ao longo dos anos e visa à conformidade e conscientização em temas relacionados a ética, integridade, nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual, dentre outros. Para a nova gestão da Funarte, iniciada no ano de 2023, a inclusão, diversidade, Ética e a Integridade são destaques na elaboração, execução e monitoramento do Programa de Integridade, no âmbito das suas práticas institucionais.

O Plano de Integridade, aqui apresentado, incorpora ações voltadas à sociedade, aos colaboradores e servidores da entidade; e representa a consolidação dos esforços institucionais para o incremento da boa governança interna, estabelecendo diretrizes com o objetivo de tornar o cumprimento das normas e procedimentos parte da cultura e da rotina organizacional.

Em convergência ao Programa de Integridade, a Funarte desempenha seu papel na construção das políticas públicas, em consonância com as diretrizes estratégicas, aliadas à estrutura de gestão de integridade com foco na prevenção e combate a atos impróprios, além de garantir aspectos de conformidade real e cultural, embasados em princípios éticos e legais em todos os seus procedimentos e ações, sejam eles administrativos ou finalísticos.

Dessa forma, a Funarte visa ao fortalecimento da Ética, da Integridade e da Governança Institucional a partir dos princípios da eficiência e transparência para monitoramento e alcance de resultados que sejam compatíveis com a missão e valores da Fundação.



2 – Apresentação

O [Decreto nº 9.203](#), de 22 de novembro de 2017, trata da integridade como um dos princípios da governança pública. Foi regulamentado pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da [Portaria nº 57](#), de 4 de janeiro de 2019, a qual orienta os procedimentos a serem adotados para estruturação, execução e monitoramento dos programas de integridade.

Considerando-se as normas editadas sobre a matéria e a necessidade de implementar políticas que vissem aperfeiçoar valores, princípios e prevenção de ilegalidades, a Funarte busca, com a utilização de mecanismos e procedimentos internos, priorizar a prevenção, a detecção e combate a corrupção e fraudes, bem como conscientizar servidores, colaboradores e sociedade das práticas de integridade e ética desenvolvidas pelo órgão – que vão além do Para alcançar seus objetivos institucionais, a Fundação tem atuado continuamente no fomento à produção na área artística, na formação de público e na capacitação de artistas, técnicos e produtores. Apoia projetos, em todos os estados brasileiros e no exterior; e implementa programas de circulação de eventos, oficinas e consultorias técnicas; além de manter espaços culturais e representações regionais no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

3 – Sobre a Funarte

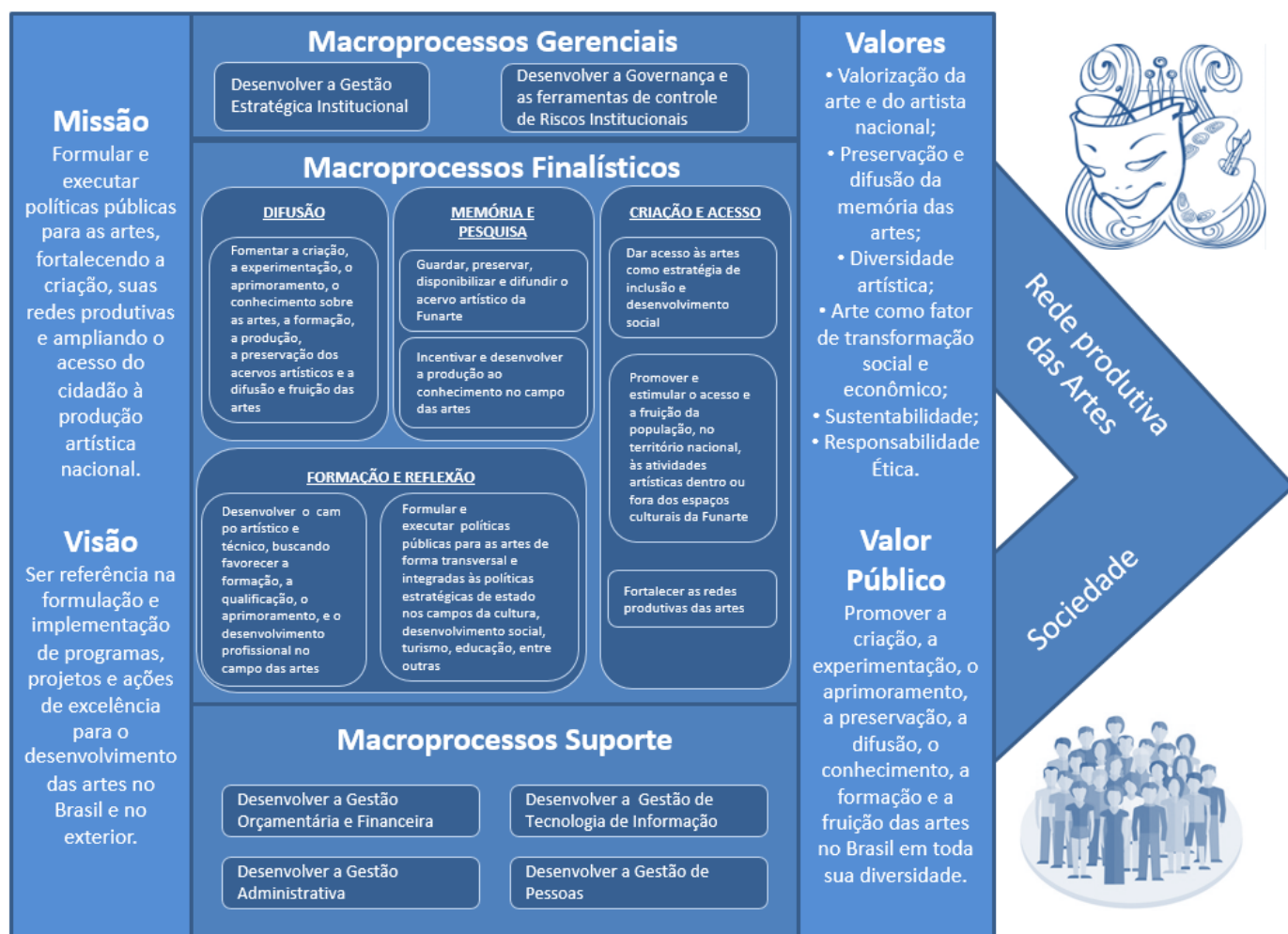
A [Fundação Nacional de Artes](#) é o órgão do Governo Federal brasileiro que conduz a missão de promover e incentivar a produção, a prática e o desenvolvimento das artes no País, em todas as suas regiões, por meio de políticas públicas nacionais de estímulo à atividade produtiva artística brasileira. Dessa forma, a Funarte atua para que a população possa cada vez mais usufruir dos bens e produtos culturais dessa rede criativa.

Atualmente a Funarte, vinculada ao Ministério da Cultura, alcança as áreas de artes visuais, circo, dança, teatro e música – especificamente nas linguagens de concerto, popular, e de bandas. Também atua na preservação da memória das artes e na pesquisa na esfera artística. É a única instituição no Estado brasileiro com as atribuições e especialidades

necessárias para tratar desses campos de atividade. **O trabalho de quase 50 anos da Fundação** inspirou a criação de dezenas de entidades municipais e estaduais assemelhadas, em todo o território nacional.

Leia sobre a [história](#) da Funarte.

Conforme o [Planejamento estratégico da Funarte](#), aprovado pela Portaria nº 546, de 22 de março de 2023, o órgão segue, como diretrizes, valores, sintetizados conforme a imagem da “**cadeia de valor institucional**”, **abaixo**:



A “rede de valor” da Funarte é a identificação e apresentação do conjunto de atividades (macroprocessos finalísticos gerenciais e de suporte), que a Fundação realiza. O conjunto de valores da Funarte, representados graficamente pela cadeia de valor, são compostos pela missão, visão, valor e valor público, expressamente descritos e, ainda, por referências à cadeia produtiva das artes e à sua relação, da sociedade em si, com o órgão, além de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues por meio das atividades da Funarte.

Ao longo dos anos a Funarte vem mantendo parcerias nacionais e internacionais.

Principais Parceiros Internacionais

A Funarte tem uma tradição de representar o Brasil em eventos internacionais, tais como a Bienal de Arte de Veneza, e nos programas de fomento, intercâmbio e integração das artes ibero-americanas, como os programas Iberescena e Ibermúsicas. Financiados por fundos específicos de apoio, eles foram criados a partir de diretrizes da XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Montevideu, Uruguai. Foi em 2019 que, através da participação no programa Ibermúsicas a parceria com o Centro de Experimentación y Producción de Música Contemporánea (Cepromusic), do México, desenvolveu-se. A parceria resultou na programação de apresentações do grupo mexicano Ensemble, com repertório contemporâneo de compositores latino-americanos, no Teatro Dulcina – Rio de Janeiro.

As embaixadas brasileiras também são parceiras relevantes na atuação internacional da Funarte. Essa cooperação se deu por intermédio do Departamento de Promoção Internacional do Ministério da Cultura, no projeto da Funarte Partituras Brasileiras Online, no qual consulados e embaixadas receberam livros, para distribuição em conservatórios e escolas de música em diversos países.

Principais Parceiros Nacionais

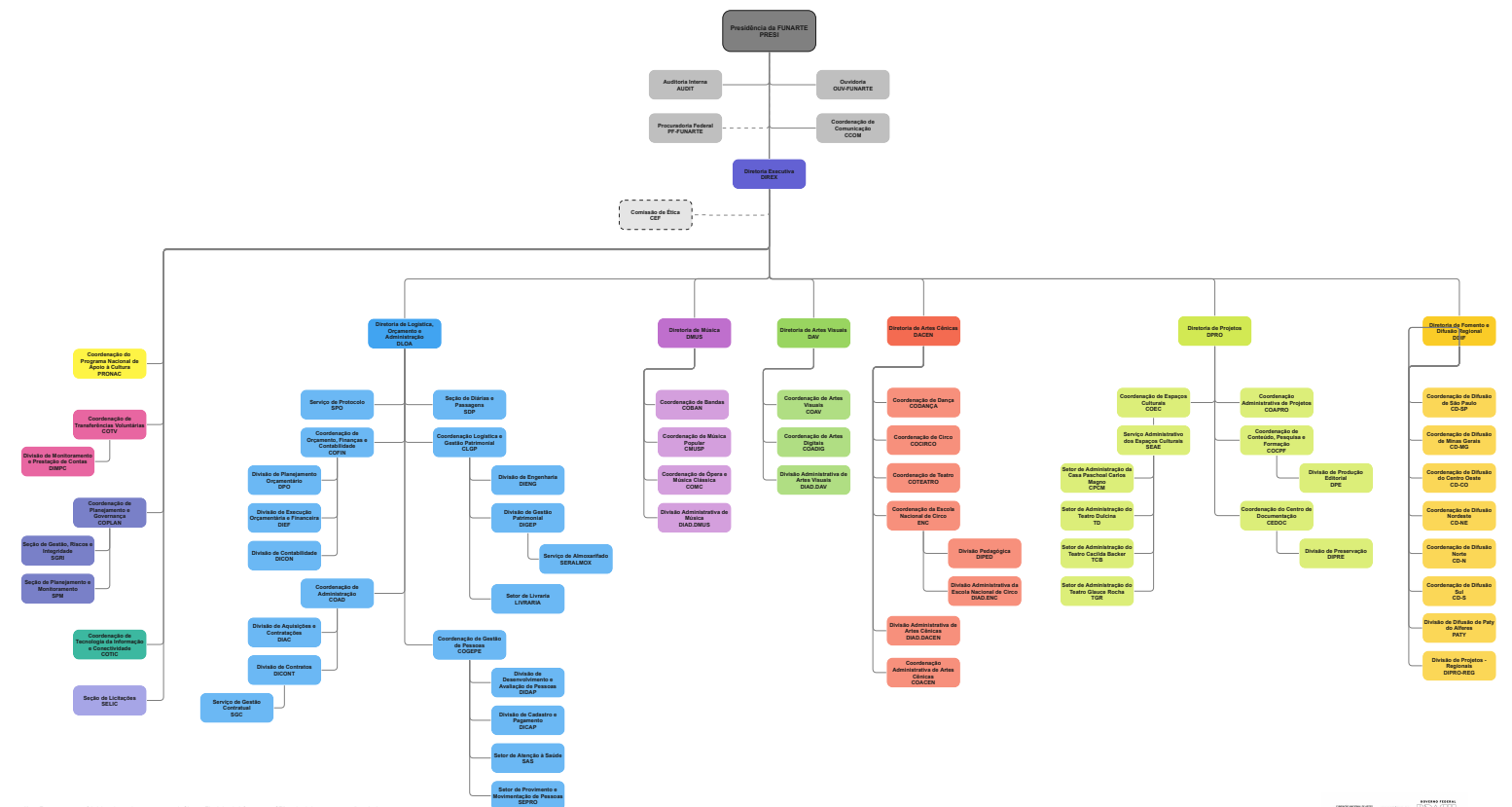
Uma das ações da Funarte é se articular para fechar acordos de cooperação e termos de execução descentralizada (TEDs) com universidades federais (por exemplo, UFRJ, UFF, UFMG e UFPB) para realização de projetos, nos mais diversos segmentos da política para as artes. A finalidade do programa é aperfeiçoar as ferramentas e métodos da instituição; e buscar a descentralização de sua política, com o objetivo de cumprir sua missão institucional e de atingir todas as regiões do país e a maior parcela possível da sociedade, oferecendo serviços e produtos artísticos de qualidade e acessíveis; e garantindo a preservação e a difusão da memória das artes, além do direito de acesso às manifestações artísticas, em todas as regiões do Brasil.

4- Estrutura de Governança

Através do [Decreto nº 9.203](#), de 22 de novembro de 2017, que institui a política de governança, e da portaria nº 521 de 25 de outubro de 2022, a Funarte passou a ter a seguinte estrutura organizacional:

(página seguinte)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
PORTARIA FUNARTE Nº 521 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022
PORTARIA FUNARTE Nº 556 DE 07 DE JUNHO DE 2023
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES



Nota: Este organograma foi elaborado com base na estrutura do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, podendo haver pequenas divergências em relação à Portaria FUNARTE nº 521, de 25/10/2022, que versa sobre o estabelecimento das unidades administrativas da estrutura organizacional no âmbito da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, publicada no D.O.U. de 27/10/2022.

Para ver organograma, [clique aqui](#)

legenda:

----- linha pontilhada significa que não se trata de uma unidade organizacional.
_____ linha contínua (demonstra uma unidade organizacional formal da Funarte)

5 – Instâncias de Integridade

Para concretizar o Programa de Integridade, a Funarte realizou uma reestruturação e por meio dela criou setores e áreas necessárias ao controle e composição de instâncias de integridade, além de regulamentar o Comitê de Integridade em caráter consultivo e de reformular o Comitê de Governança, para viabilizar a implantação plena do Plano de Integridade. Esse processo de reestruturação institucional é um dos vetores dessa mudança, o qual visa a adequar essa nova estrutura às normas pertinentes, em busca da boa governança.

Exemplos são: a [Lei nº 12.846](#) de 1º de agosto de 2013, conhecida como a Lei anticorrupção; [Lei nº 12.527](#) de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação; a [Lei nº 12.813](#) de 16 de maio de 2013 conhecida como Lei de Conflito de Interesses; a [Lei nº 8.443](#) de 16 de julho de 1992, sobre Tomada de Contas Especial; o [Decreto nº 9.094](#) de 17 de julho de 2017, sobre a simplificação do atendimento ao Público; o [Decreto nº 6.029](#) de 1ª de fevereiro de 2007, que institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal; o [Decreto nº 9.203](#) de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública; a [IN Conjunta MP/CGU](#) nº 01 de maio de 2016; a Portaria CGU nº 57 de 04 de janeiro de 2019; institui o Programa de Integridade; a [Portaria Funarte nº 89](#), de 12 de março de 2020, que institui o Comitê de Integridade da Funarte e a Portaria Funarte Nº 551, de 25 de abril de 2023, que altera o [Comitê de Integridade da Funarte](#).

A Funarte busca implementar, por meio das instâncias de integridade, elementos:

- Centrais – que estão ligados diretamente a uma abordagem estratégica, com foco em liderança, meritocracia, capacitação e valorização de altos padrões de conduta organizacional, baseada em princípios e valores
- Essenciais – que se concentram em prevenção de atos de corrupção e desvios de conduta, e também no monitoramento, na supervisão, no gerenciamento de riscos, na gestão da ética e na garantia do acesso à informação, assim como nos controles, regras e procedimentos claros

- Complementares: os quais visam a detectar, investigar e punir violações da integridade pública e/ou dos regimes disciplinar, administrativo, e/ou jurídico civil e criminal

A Funarte criou o Comitê Consultivo de Integridade, para auxiliar na implementação das ações de integridade e na gestão de riscos. Entretanto, é necessária a ampla participação de outras áreas da instituição, em que se situam os gestores dos riscos que serão levantados, avaliados e tratados.

Cada área deverá avaliar suas atribuições e competências e desenvolver suas atividades de forma que suas ações se coadunem com a integridade, no sentido mais amplo da palavra. Fazem parte dessa instância as unidades abaixo que desenvolvem as seguintes atividades:

Unidade de Gestão da Integridade:

Responsável pela implementação de políticas e ações de integridade, juntamente com demais unidades da Funarte, podendo:

- supervisionar, auxiliar e apoiar a elaboração e a revisão dos planos de Integridade, Comunicação e Gestão de Riscos à Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;
- supervisionar, auxiliar e apoiar a implementação dos citados planos, visando à prevenção, à detecção e ao combate à ocorrência de atos lesivos;
- supervisionar, auxiliar, apoiar e atuar na orientação e no treinamento dos funcionários do órgão com temas relacionados aos planos de Integridade e Gestão de Riscos à Integridade;
- supervisionar, auxiliar e apoiar no monitoramento dos planos de Integridade e Gestão de Riscos à Integridade da Funarte e propor ações para seu aperfeiçoamento;
- identificar eventuais vulnerabilidades da integridade nos trabalhos desenvolvidos pela Fundação, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para a mitigação de tais fragilidades;
- promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas da Funarte; e



- levantar a situação das áreas relacionadas ao Plano de Integridade e, quando necessário, propor ações para sua estruturação, reestruturação e/ou fortalecimento.

Seção de Gestão, Riscos e Integridade:

Responsável pela implementação das ações de gestão, risco e integridade, juntamente com demais unidades da Funarte, podendo:

- coordenar e apoiar a elaboração e a revisão dos planos de Integridade, Comunicação e Gestão de Riscos à Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;
- coordenar a implementação dos planos de Integridade, Comunicação e Gestão de riscos à Integridade visando à prevenção, à detecção e ao combate à ocorrência de atos lesivos;
- coordenar e atuar na orientação e no treinamento dos funcionários do órgão com temas relacionados aos planos de Integridade e Gestão de Riscos à Integridade;
- coordenar o monitoramento dos planos de Integridade e Gestão de Riscos à Integridade da Funarte e propor ações para seu aperfeiçoamento.
- propor a definição e revisão de diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores relativos à gestão de risco e ao Programa de Integridade;
- coordenar ações relacionadas à gestão de riscos e ao Programa de Integridade;
- propor metodologia de gestão de riscos e suas revisões;
- Auxiliar na análise e avaliação de riscos, propondo medidas de tratamento a serem implementadas; e
- promover comunicação, articulação e cooperação técnica entre as unidades da Funarte para a execução adequada da gestão de riscos e do Plano de Integridade;

Comissão de Ética:

A Comissão de Ética foi nomeada pela Portaria nº 321, de 11 de outubro de 2019. O colegiado estuda medidas para aprimorar sua estrutura e capacitação de servidores. Seus objetivos são:

- Difundir princípios de condutas apropriadas do Código de Ética da Funarte

- Elaborar e propor alterações no Código
- Veicular campanhas educativas sobre regramentos e princípios éticos
- Deliberar sobre consultas quanto a conflitos de interesses
- Analisar e informar casos de nepotismo
- Atuar como instância consultiva
- Analisar desvio de conduta

Ouvidoria:

É o canal de comunicação da sociedade, servidores, colaboradores e todos que mantêm relacionamentos com a Funarte, ouvindo denúncias, elogios e reclamações. Os propósitos do setor são:

- Melhoria da gestão da integridade institucional
- Análise e tratamento de demandas relacionadas ao serviço prestado
- Soluções de conflitos no ambiente de trabalho
- Recepção de denúncias sobre descumprimento de normativos internos
- Soluções de reclamações, elogios e sugestões
- Atendimento a pedidos de informações sobre ações, programas, despesas, contratos, serviços entre outros temas

Coordenação de Gestão de Pessoas:

Tem como função ser a primeira barreira contra o nepotismo e conflito de interesses, bem como:

- promover a defesa do interesse público, impessoalidade, transparência, eficiência, eficácia e legalidade;
- buscar melhorias contínuas nas atividades de rotina da Funarte;
- valorizar a diversidade humana, comportamentos éticos, valores e princípios da conduta humana e profissional;
- aprimorar a organização dos processos de trabalho; e valorizar a competência, o desempenho e a formação.

Coordenação de Comunicação:

A missão da CCOM é: informar à sociedade e demais agentes relacionados à Funarte sobre os programas, políticas e ações do órgão; atuar para a valorização da imagem institucional; e, em atendimento aos demais



setores, agir para o aprimoramento da comunicação e de suas ferramentas – a saber: mídias e redes sociais institucionais – e das estratégias e processos comunicacionais. A área é responsável pela publicidade e transparência da Funarte junto à sociedade, colaborando na veiculação de campanhas de conhecimento e conscientização sobre integridade e governança. Suas funções nesses campos são:

- Atuar para a correta transparência pública das informações sobre o órgão, suas ações e políticas, em atendimento às normas vigentes, à ética pública e a protocolos de boa governança
- Colaborar e assessorar os demais setores para o correto cumprimento da transparência, da ética e da boa governança nos canais públicos de comunicação de cada setor
- Colaborar com os demais setores para aprimorar e favorecer a comunicação interna, no sentido de aprimorar a integridade e o padrão de governança institucionais

Coordenação de Tecnologia da Informação e Conectividade:

Responsável pela administração da infraestrutura tecnológica, garantindo a segurança, a disponibilidade e a eficiência na utilização dos ativos. Além disso, é responsável pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, por meio do desenvolvimento de aplicações, análise de dados e interoperabilidade. Seguem abaixo os macroprocessos do setor:

- Alinhar planejamento e estratégia, nos moldes de TIC, garantindo a adesão aos objetivos estratégicos institucionais
- Desenvolver e implementar soluções tecnológicas para atender às necessidades de negócio das áreas finalísticas e de suporte
- Operar e fornecer suporte dos sistemas e infraestrutura de TIC
- Promover segurança e conformidade, implementando medidas de segurança da informação para garantir a proteção e privacidade dos dados, de acordo com os normativos aplicáveis
- Fomentar o relacionamento com os usuários, a fim de entender suas necessidades e expectativas em relação aos serviços de TIC
- Exercer a gestão de contratos, implementando medidas de controle das questões técnicas e administrativas

- Instrumentalizar processos, contemplando a aquisição de bens e contratação de serviços pertinentes à área de TIC, bem como as demais necessidades de instruções processuais

Coordenação de Planejamento e Governança:

Responsável pelas atividades de gestão, de governança, de modernização administrativa, de gestão de riscos, de gestão da integridade e da conformidade, a saber:

- Coordenar e supervisionar as atividades de gestão estratégica, de governança, de modernização administrativa, de gestão de riscos, de gestão da integridade e da conformidade
- Elaborar e revisar o Plano Estratégico Institucional
- Contribuir para elaboração dos planos estratégicos setoriais e/ou governamentais
- Elaborar relatórios gerenciais e estratégicos
- Elaborar relatórios de gestão, na forma de “relatório integrado”, para fins de prestação de contas ordinárias da Funarte
- Representar a Funarte com a participação na elaboração e revisão do Plano Plurianual (PPA)
- Representar a Funarte com a participação da elaboração e revisão dos planos nacionais setoriais e/ou governamentais
- Criar, aprimorar e gerir ferramentas de planejamento
- Elaborar e revisar os planos de governança institucional
- Elaborar e implementar campanhas de conscientização, capacitação, engajamento e aprimoramento contínuo em todas as atividades que compõe a estrutura de governança institucional
- Criar, aprimorar e gerir ferramentas de governança, principalmente ligadas à área de transparência
- Medir o desenvolvimento das atividades de Gestão, Riscos e Integridade
- Medir o desenvolvimento das atividades de Planejamento e Monitoramento
- Medir, por meio de indicadores, os desenvolvimentos de atributos e boas práticas de governança institucional
- Representar a Funarte nos assuntos ligados as atividades de governança institucional.

Auditoria Interna:

A Auditoria Interna (AUDIT) tem como missão auxiliar, de forma independente, o aperfeiçoamento do controle interno implantado na Fundação Nacional de Artes – Funarte, agregando valor às práticas administrativas – particularmente aquelas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos –, e contribuindo para o alcance dos objetivos e o cumprimento da missão institucional com maior eficiência. Para tanto, a AUDIT executa as seguintes atividades:

- Prestar serviços de avaliação das atividades desempenhadas pela Fundação
- Prestar serviços de consultoria à gestão da Fundação, em temas relacionados a governança, gestão de riscos e controles internos
- Monitorar o atendimento, pelos órgãos e unidades da Fundação, das recomendações e/ou determinações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e pela própria Auditoria Interna
- Examinar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual da Autarquia e sobre eventuais tomadas de contas especiais

Comitê de integridade:

Tem a finalidade de acompanhar e apoiar atividades realizadas relacionadas à Integridade, Gestão de Riscos à integridade e ética e de aconselhar sobre estas. São suas atribuições:

- Analisar a proposta dos planos de integridade, comunicação e gestão de riscos referentes à integridade
- Propor ações para o fortalecimento, o aperfeiçoamento e a expansão do Plano de Integridade para fornecedores e terceiros;
- Analisar o Levantamento de Riscos para a Integridade e a proposição de Plano de Gestão de Riscos referentes à integridade da Unidade de Gestão da Integridade (UGI);
- Sugerir ações de treinamento relacionadas à integridade pública na Funarte;
- Analisar cronogramas e propostas de campanhas e informes;

- Apoiar a identificação de eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Funarte, propondo, em conjunto com as demais áreas de apoio, medidas para mitigar riscos

6 – Gestão de Risco

A gestão de risco da Funarte segue as diretrizes estabelecidas no Decreto n.º 9.203 de 22 de novembro de 2017, canalizadas por meio da Carta Compromisso da Alta Administração com a Controladoria Geral da União (CGU).

Foram editadas as portarias que reformularam o Comitê de Governança (CGOV), a Coordenação de Planejamento e Governança (Coplan), a Unidade de Gestão da Integridade (UGI) e a Seção de Gestão, Riscos e Integridade (SGRI), que desenvolverão as práticas de governança, gestão institucional e de riscos e integridade, juntamente com as demais unidades que compõem a estrutura da Funarte.

Levando em conta os vetores do Programa de integridade desenvolvido pela Funarte, a gestão de risco faz parte de um macroprocesso, que visa ao mapeamento de processos e atividades, os quais, somados, são essenciais para atingir os objetivos estratégicos do órgão.

A gestão de riscos, pode ser definida como um processo permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela Alta Administração, que tem como diretriz identificar, avaliar e gerenciar potenciais riscos que possam afetar a organização de cada órgão, objetivando segurança razoável quanto à realização da missão, do valor e das atribuições e competências deste.

Quando se trata da integridade da Funarte, é necessário o mapeamento do processo organizacional da Fundação, bem como da atuação de seus setores e de suas atividades, de forma a identificar fragilidades que possibilitem a ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

A Funarte, continua buscando a reformulação de todos os seus instrumentos legais, a qual prevê a implementação de ações necessárias ao cumprimento de legislações vigentes.

Podemos apontar como fatores de risco para as atividades da Funarte:



- Descontinuidade de projetos por conta de alterações na gestão ocasionando imbróglis administrativos
- Mudanças na gestão com frequência, dentro do mesmo exercício, com prejuízo para o funcionamento institucional
- Instabilidade constante na gestão interna, por conta das oscilações políticas no cenário nacional
- Instabilidade estrutural, troca constante e frequente de estrutura ministerial com mudanças entre ministérios
- Recursos orçamentários e humanos insuficientes para execução e acompanhamento dos programas e para a manutenção dos equipamentos culturais e a ampliação da oferta de eventos nesses espaços
- Atraso no repasse de recursos financeiros, desgastando-se a credibilidade da instituição perante os públicos-alvo dos editais e chamamentos públicos – o que também leva a um desgaste mais amplo da imagem institucional
- Estrutura de TI insuficiente para melhoria da divulgação dos programas, por intermédio de transmissão pela WEB
- Recursos orçamentários e equipe limitados para digitalização e promoção do acervo artístico e cultural
- Inadequação e insuficiência dos instrumentos do Marco Conceitual – demanda por aprimoramento dos métodos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações internas e externas
- Equipamentos culturais fechados por falta de manutenção e/ou recursos orçamentários para mantê-los, ocasionando em diminuição da capacidade institucional de atingir os objetivos atribuídos aos mesmos
- Redução na quantidade de servidores ativos, e falta de concursos públicos
- Inadequação de estruturas internas frente às atividades a serem desenvolvidas
- Disfunção de competências por falta de regimento interno

Medidas diretas de combate ao risco

Algumas ações necessárias para a concretização do processo de gestão de risco para a integridade são:

- Manter sempre atualizados os processos de prevenção da corrupção, integridade e de boa governança, porém com foco em uma abordagem que ultrapasse as obrigações legais
- Permitir que haja uma reforma institucional ou setorial mais ampla, quando identificados riscos à integridade em determinado setor
- Compartilhar conhecimentos e boas práticas para a identificação de riscos e sua mitigação, em determinado setor ou entre setores, instituições, projetos ou processos.
- Efetivação de boas práticas no cotidiano da Fundação
- Revisar o arcabouço legal relacionado à instituição, para evitar eventuais discontinuidades de projetos por conta de mudanças de gestão
- Planificar a execução de recursos financeiros, com planejamento para diferentes volumes orçamentários, com vistas a evitar o desgaste e o impacto negativo na credibilidade da instituição perante os públicos-alvo dos editais, chamamentos públicos e demais programas, bem como a população em geral
- Planejar a estruturação de TI para melhoria da divulgação dos programas, por intermédio de transmissão pela WEB, se utilizando da estrutura para desenvolver o “home office” e o trabalho híbrido como vetores de transformação digital
- Planejar os desembolsos orçamentários e as equipes visando ao aumento potencial para digitalização e promoção do acervo artístico e cultural
- Planejar os desembolsos orçamentários para comunicação social e à equipe destinada a essa área estratégica, visando ao necessário incremento – conforme apontado no Planejamento Estratégico da Funarte.
- Inadequação e insuficiência dos instrumentos do marco conceitual - demanda por aprimoramento dos métodos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações internas e externas;

7 – Monitoramento Contínuo

A Funarte entende que o acesso a informações deve ser confiável e é vital para que a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão seja adequada e eficaz para alcançar seus objetivos.

Para isso, o fluxo das comunicações deve proporcionar que as informações fluam em todas as direções levando as ações de integridade aos servidores, colaboradores e a sociedade em geral.

Para que estes objetivos se concretizem, a Funarte visa à implementação de várias ações que passam desde as campanhas internas e posteriormente externas até o monitoramento destas, pois o controle dessas ações reduz os riscos de respostas inadequadas às necessidades daqueles que desenvolvem as atividades do órgão, bem diminui a eventual ameaça de feedback também negativo por parte da sociedade.

Ações de monitoramento relacionadas à gestão de integridade

Apresentação do plano de integridade ao público interno da Funarte
Campanha de conscientização sobre ações de integridade, priorizando-se a informação sobre conformidade legal e combate à corrupção, fraudes e má conduta
Comunicação direcionada à sociedade
Garantir que os controles sejam eficazes e eficientes, quanto às ações em si e na sua execução;
Obter informações adicionais para melhorar o processo de avaliação de riscos;
Analisar os eventos de vulnerabilidade, mudanças, êxito e falhas e usá-los para melhorar o processo;
Avaliar as mudanças no contexto interno e externo, de forma que as ações acompanhem essas mudanças; e de modo que isso acarrete a revisão dos tratamentos de riscos e suas prioridades.
Pesquisa anual de percepção de integridade
Revisão bianual do Plano de Integridade
Reuniões do Comitê de Integridade toda segunda terça-feira dos meses indicados no calendário de reuniões
Mapeamento de Riscos

8- Plano de Ação de Integridade (2023-2024)

Através da Integridade e de políticas públicas eficientes e eficazes que a Funarte pode ser cada vez mais representativa, no meio cultural e na sociedade como um todo. Com o compromisso de promover ainda mais as práticas e o desenvolvimento de atividades pactuadas, a Funarte não mediu esforços para elaborar a segunda versão do Plano de Integridade – em atendimento ao art. 6º da Portaria CGU nº 57/2019 – e, assim, integrar mais transparência, informação e melhores resultados à população brasileira.

Com isso o Plano de Ação (anexo 3) inclui atividades não apenas dirigidas aos servidores, mas também à sociedade, tais como o evento **“Integridade Funarte”**.

Muitos pontos previstos na primeira versão do Plano de Integridade foram encaminhados, a saber: aprovação da Alta Administração; criação de seções responsáveis pela implantação e auxílio à Governança e à Integridade; a revisão de estrutura de governança, integridade, ouvidoria; e a criação de canais de informações internos para servidores e colaboradores; além da atividade anual, no mês de dezembro, para a sociedade, como o evento **“Integridade Funarte”**.



9 – Anexos / Tabelas

Anexo 1 - Principais instrumentos legais - Mapa atual

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS					
Função de Integridade	Responsável	A entidade já possui tal unidade ou instrumento?	Há alguma recomendação no sentido do fortalecimento ou reestruturação do instrumento ou unidade?	Quem será o responsável por sua criação, fortalecimento ou reestruturação? Em que prazo?	
				Responsável	Prazo
Promoção da ética e regras de conduta para servidores	Comissão de Ética/ Código de Ética e Conduta (Decreto 1.171/94)	Sim	A CEF trabalha pontualmente para o fortalecimento desta função	Direx	Em vigor
Transparência ativa e acesso à informação	Ouvidoria/Fala.BR (E- Ouve + SIC)/ Paineiraio-X.	Sim	Proposta de novo estatuto da ouvidoria, a ser avaliada e aprovada para institucionalização. Integração com o FALA.BR	Ouvidoria/ Coplan /Direx	Em vigor
Tratamento de conflitos de interesses	Cogepe/ sistema SeCI	Não	Adoção do sistema SeCI	Cogepe/ CEF	x
Nepotismo	Cogepe/ declaração de parentesco / CCOM / CEF	Sim	Ações de sensibilização e promoção de Capacitação / Exigência de declaração de parentesco	Cogepe/ CEF	Em vigor

Funcionamento de canais de denúncias	SIC/ Sistema e- OUV (Fala.BR)	Sim	Carece de servidores de carreira para reestruturação e Fortalecimento	Ouvidoria	Em vigor
Funcionamento de controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria	Auditoria Interna/ sistema Monitor-Web para recomendações da CGU e do SEI.	Sim	(conversar com o Auditor sobre essa questão)	Auditoria	Em vigor
Procedimentos de responsabilização	Corregedoria/ Sistema CGU-PAD e CGU-PJ	Não	Dependendo de recursos humanos e disponibilidade de cargo	Direx	x
Desvio de patrimônio documental e peça do Acervo histórico	Cedoc	Não	Dependendo de recursos humanos e Treinamento	Cedoc	x

Anexo 2 - Ações Previstas para 2023 - 2024

AÇÕES PREVISTAS PARA 2023 – 2024				
	AÇÕES	META/OBJETIVO	PRAZO	RESPONSÁVEL
1	Alterar a Portaria do Comitê de Integridade	Atualizar a Portaria que constitui o Comitê de integridade	Em vigor	SGRI/Coplan
2	Identificação de riscos	Mapeamento de Risco	Dezembro de 2023	SGRI
3	Análise e avaliação de riscos	Avaliar os riscos encontrados e a probabilidade de ocorrência e o impacto que pode causar	Março de 2024	Coplan/ SGRI

4	Elaboração do Regimento Interno	Produção do Regimento Interno e apresentação para a direção da Funarte	Novembro de 2023	CEF
5	Aprimoramento e divulgação dos canais de comunicação de denúncias e esclarecimentos relacionados a ética e integridades. Para o público interno e externo	Informar de forma ampla os canais de comunicação e recebimento de denúncias. Prestar esclarecimentos a sociedade, prestando assim um melhor serviço	Dezembro de 2023	CEF/ Ouvidoria
6	Criação de Página/portal de Integridade CEF dentro do portal da Funarte	Ter um canal de comunicação com o público interno e externo, com links importantes sobre ética integridade e informes para dar mais transparência as atividades da comissão	Em vigor	CEF/ SGRI/ Coplan/Cotic
7	Educação/Prevenção - produção de manuais, "posts" e cartilhas para ações de educação e prevenção, dos servidores e parceiros, com temas relacionados a ética, integridade, nepotismo, conflito de interesses	Fornecer aos servidores base e ações de prevenção e educação sobre temas relacionados a ética, integridade, nepotismo, conflito de interesses, princípios, valores e condutas	Dezembro de 2023	CCOM/SGRI/UGI
8	Formalizar parceria ou criar um comitê responsável pelas atividades de correição	Elaborar acordo de cooperação com outro órgão ou entidade, ou criar unidade ou comitê correicional	Dezembro de 2023	Direx / SGRI/ Coplan
9	Criação de fluxo para prevenção de situações de nepotismo/conflito de interesses	Projeto de ação e execução, a ser elaborado pelo o setor competente	Novembro de 2023	Cogepe/SGRI
10	Capacitação de servidores	Ações de capacitação com cursos e palestras, com temas relacionados a ética, integridade, nepotismo e conflito de interesses no serviço público, para servidores	Novembro de 2023	Cogepe /Capacitação
11	Aprimorar o processo de avaliação das capacitações.	Aprimorar um processo para melhor atender aos servidores	Março de 2024	Cogepe/ Capacitação

12	Aprimorar mecanismos de divulgação dos canais da CEF, da UGI e da Ouvidoria	Tornar os processos mais ágeis, amplos e acessíveis	Março de 2024	CEF/UGI/ Ouvidoria
13	Atualização das Informações no Programa Nacional de prevenção à Corrupção (PNPC)	Ter uma melhor autoavaliação da situação atual, relacionada a boas práticas de prevenção à corrupção	Novembro de 2023	Ouvidoria
14	Semana de Ética	Promover ações e divulgações de incentivos	Maio de 2024	CCOM / SGRI / CEF
15	Evento sobre Integridade	Promover a expansão da cultura da Integridade para artistas, fornecedores, outras organizações públicas ou privadas e a sociedade em geral	Maio de 2024	Direx/ CCOM/Coplan/ SGRI
16	Pesquisa Anual de Percepção de Integridade	Coletar informações sobre a percepção da integridade na Funarte	Junho de 2023	SGRI/ UGI / Coplan
17	Revisão do Plano de Integridade	Avaliar a necessidade de nova versão do plano	Setembro de 2024	Coplan / SGRI/ UGI/ CIT

Anexo 3 - Comprometimento e Apoio da Alta Administração

COMPROMETIMENTO E APOIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO				
	AÇÕES	META/OBJETIVO	SITUAÇÃO	RESPONSÁVEL
1	Alterar a Portaria do Comitê de Integridade	Portaria constituindo o CIT	Em vigor	CEF
2	Aprovação do novo Código de Conduta da Funarte	Conscientizar e dar publicidade aos Princípios Éticos da Funarte	Dezembro de 2023	CEF

3	Monitoramento semestral com coleta de informações trimestrais, das ações relacionadas a Ética e a Integridade por meio de relatório da Coplan / CEF / CCOM/ UGI/ COGEPE	Produção de Relatório de ações e apresentação para a direção da Funarte	Em vigor	SGRI/UGI/ COPLAN
4	Reuniões/ assembleias mensais com os servidores e colaboradores da Funarte	Atividade contínua	Em elaboração	Direx
5	Aprovação de eventos Funarte e Integridade e Semana de Ética	Atividade contínua	Em elaboração	CEF/ SGRI/ Coplan
6	Aprovação e sugestões de perguntas para a Pesquisa de Percepção de Integridade	Atividade contínua	Em vigor	SGRI / UGI

Anexo 4 – Siglas

Cotic - Coordenação de Tecnologia da Informação e Conectividade

CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CGU-PJ - Sistema de gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados

Coplan - Coordenação de Planejamento e Governança

Cogepe - Coordenação de Gestão de Pessoas

CCOM - Coordenação de Comunicação

CGU - Controladoria Geral da União

CEF - Comissão de Ética da Funarte

CIT – Comitê de Integridade

Direx - Diretoria Executiva

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal.

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

SGRI - Seção de Gestão de Risco e Integridade

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SeCI.- Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses

UGI - Unidade de Gestão da Integridade

Sistema e-Ouv - Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal